

SECRETARIA DE ESTADO DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL- SEDS

PROTOCOLO Nº 11.987.799-7

CONTRATO Nº 01/14, referente à prestação de serviço de impressão de 390 (trezentos e noventa) kits de fotos 3x4 (três por quatro), sendo 2 (dois) preto e branco e 2 (dois) coloridos e 1.430 (hum mil, quatrocentos e trinta) revelações de fotos 10x15 (dez por quinze) que entre si celebram o ESTADO DO PARANÁ, por sua SECRETARIA DE ESTADO DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL- SEDS e TICCOLOR VÍDEO FOTO SOM LTDA.

Pelo presente instrumento, tendo de um lado o **Estado do Paraná**, por sua **Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - SEDS**, inscrita no CNPJ sob nº 09.088.839/0001-06, com sede na Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n, Centro Cívico, nesta Capital, neste ato representada pela sua Secretária, **Fernanda Bernardi Vieira Richa**, portadora do RG nº 954242-6 e CPF nº 604.858.099-15 doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado TICCOLOR VIDEO FOTO SOM LTDA., inscrita no CNPJ sob nº 77.986.321/0001-31, com sede na Rua Conselheiro Laurindo, nº 502/506, CEP 80.060-100, Bairro Centro, Cidade de Curitiba – PR, neste ato representado por Manoel Elísio Linhares, RG. Nº 613.779-2, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente contrato, devidamente autorizado, mediante ato de ratificação de dispensa de licitação exarado pela autoridade competente, nos autos do protocolo supracitado de fls. 58, na Lei nº 8.666/93, Lei Estadual n.º 15.608/07 e mediante as cláusulas e condições transcritas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO E SUA EXECUÇÃO

I – O objeto do presente contrato é prestação de serviço de impressão de 390 (trezentos e noventa) kits de fotos 3x4 (três por quatro), sendo 2 (dois) preto e branco e 2 (dois) coloridos e 1.430 (hum mil, quatrocentos e trinta) revelações de fotos 10x15 (dez por quinze).

II – A execução do objeto do contrato deve ser feita conforme a necessidade do Cense, sendo que os adolescentes devem ser fotografados pela **CONTRANTE**, nas dependências dos Censes Joana Richa, Curitiba, Fazenda Rio Grande, São Francisco e Semiliberdade Masculina e as fotos resultantes devem ser enviadas (por meio de arquivo

digital ou eletrônico) às instalações da CONTRATADA que fará a impressão das fotos.
Parágrafo único – Não é admitida a subcontratação, ainda que parcial, por parte da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PREÇO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I – A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, após o cumprimento da cláusula primeira, o preço de R\$ 2.028,00 (dois mil e vinte e oito Reais).

II – A despesa decorrente deste contrato será custeada pelo recurso indicado na Dotação Orçamentária 5502.08243174.214 – Gestão do Sistema Socioeducativo e de Proteção à Criança e ao Adolescente - SEDS, Rubrica Orçamentária 3390.3952 – Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica- Serviços de Áudio, Vídeo e Foto, Fonte de Recursos: 147.

III – Na hipótese de a execução contratual ultrapassar 12 (doze) meses, poderá ser concedido reajuste ao preço proposto, tendo como indexador o IGPM/FGV, de acordo com a Lei nº 10.192/2001.

CLÁUSULA TERCEIRA : DA FORMA DE PAGAMENTO

I – O pagamento será feito pela CONTRATANTE no prazo de 30 (trinta) dias, após a apresentação da(s) nota(s) fiscal(is) devidamente atestada(s) pelo fiscal do contrato.

II – A CONTRATANTE reserva-se o direito de não atestar a nota fiscal, nem fazer o pagamento, se verificar que a prestação está em desconformidade com o objeto contratado.

III – A CONTRATANTE se reserva o direito de descontar do pagamento os eventuais débitos da CONTRATADA, inclusive os relacionados com multas, danos e prejuízos contra terceiros, conforme disposto nos artigos 87, § 1º, da Lei nº 8.666/93, e 153, § 3º, da Lei Estadual nº 15.608/07;

IV – A fatura deve ser apresentada com a respectiva nota fiscal devidamente atestada, juntamente com as certidões de regularidade trabalhista e fiscal junto às Fazendas Federal, Estadual do Paraná e da sede da empresa e Municipal do domicílio da empresa, INSS e FGTS, conforme o estabelecido na Resolução conjunta PGE/SEFA de nº 002/2007, e ainda art. 99, inc. XIV da Lei Estadual nº 15.608/07 e art. 55, inc. XII da Lei Federal nº 8.666/93 com suficiente descrição da mercadoria que foi entregue ou o serviço que foi prestado comprovando que o objeto do contrato foi executado

V – Caso a fatura apresentada não venha acompanhada da Nota Fiscal ou apresente incorreções em seu preenchimento, será imediatamente devolvida para retificação, contando-se novo prazo para pagamento a partir de sua reapresentação.

VI – A nota fiscal deve ser emitida em nome da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social – SEDS, CNPJ/MF N.º 09.088.839/0001-06 e conter discriminação clara e precisa do objeto contratado e seus elementos característicos, como identificação do item, especificação, quantidade e preços unitário e total, para comprovação da execução do contrato;

VII – A devolução da fatura não aprovada pela CONTRATANTE em nenhuma hipótese serve de pretexto para que a contratada suspenda a execução do contrato;

VIII- Nenhum pagamento será efetuado se pendente de liquidação qualquer obrigação da CONTRATADA, não implicando tal fato em alteração do preço proposto, correção monetária, compensação financeira ou interrupção no fornecimento dos materiais.

CLÁUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA

O presente contrato tem vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, observado o disposto no art. 110 da Lei Estadual nº 15.608/2007.

Parágrafo único. A vigência do presente contrato poderá ser prorrogada, na forma da lei.

CLÁUSULA QUINTA: DA REJEIÇÃO DO OBJETO

À CONTRANTE assiste o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o produto entregue ou o serviço prestado, conforme o caso, que não obedeça às especificações ou quantidades mencionadas neste contrato.

Parágrafo único. A CONTRATANTE se reserva no direito de, a qualquer tempo em que identificar a necessidade, submeter os bens fornecidos e serviços prestados a testes, por amostragem, para verificar a qualidade, o atendimento às características do objeto contratado e às normas técnicas, sendo que os custos devem ser suportados pela CONTRATADA, nos termos do art. 75 da Lei nº 8.666/93 e 125 da Lei Estadual nº 15.608/07.

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) receber os arquivos das fotos dos adolescentes, feitas nas dependências dos Censos Joana Richa, Curitiba, Fazenda Rio Grande, São Francisco e Semiliberdade Masculina e executar as impressões em até 02 (dois) dias após o recebimento dos arquivos, avisando cada unidade quando as fotos estiverem prontas;
- b) providenciar a repetição do serviço que apresentar defeito apontado pela CONTRATANTE, quando da entrega ou utilização, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas;
- c) arcar com eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE e/ou a terceiros provocados por interferência ou irregularidade cometidas por seus empregados, convenientes ou prepostos, na prestação do serviço do contrato;
- d) cumprir e fazer cumprir por seus prepostos conveniados, leis e regulamentos, bem como quaisquer determinações emanadas das autoridades competentes, pertinentes à matéria objeto do contrato, cabendo-lhes única e exclusiva responsabilidade pelas consequências de qualquer transgressão de seus prepostos ou convenientes;
- e) será de inteira responsabilidade da contratada as despesas diretas e indiretas, tais como: salários, alimentação, transportes, diárias, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciárias e de ordem de classe, indenizações civis e quaisquer outras que forem devidas aos empregados na prestação de serviço, objeto do contrato, ficando ainda a CONTRATANTE isenta de qualquer vínculo empregatício com esses trabalhadores;

- f) manter atualizadas as condições legais da habilitação, jurídica e fiscal, até o momento da expedição da nota fiscal e por ocasião do pagamento;
- g) cumprir todas as orientações da CONTRATANTE para o fiel desempenho das atividades específicas.

II – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

- a) enviar os arquivos digitais ou eletrônicos organizados em pastas por nome do adolescente fotografado de modo a respeitar o pedido feito;
- b) proporcionar à CONTRATADA as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do contrato a ser firmado;
- c) comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do objeto, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;
- d) providenciar os pagamentos até o prazo de 30 (trinta) dias após a apresentação das Notas Fiscais devidamente atestadas e com a habilitação fiscal regular;
- e) prestar aos funcionários da CONTRATADA todas as informações e esclarecimentos pertinentes ao contrato que eventualmente venham a ser solicitados;
- f) manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial nos casos de aplicação de sanções e alteração contratual;
- g) aplicar as sanções administrativas que se fizerem necessárias;
- h) retirar as fotografias junto ao estabelecimento da CONTRATADA.

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Em caso de inexecução total ou parcial do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, a CONTRATADA está sujeita às seguintes sanções administrativas:

I – Multas:

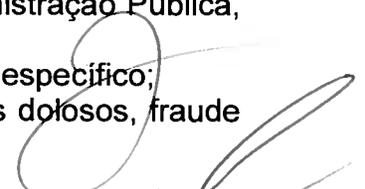
- a) de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato por dia de atraso na entrega do objeto ou prestação do serviço, limitado a 10% (dez por cento).
- b) de 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato não especificado nas outras alíneas desta cláusula, aplicada em dobro em caso de reincidência.
- c) de 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de rescisão do contrato por ato unilateral da administração, motivada por culpa da CONTRATADA, garantidos o contraditório e a ampla defesa, independente das demais sanções cabíveis.

II- Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos, aplicada ao contratado que:

- a) abandonar a execução do contrato;
- b) incorrer em inexecução contratual;

III- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, aplicada ao contratado que:

- a) agir de má-fé na relação contratual, comprovada em procedimento específico;
- b) tenha sofrido condenação judicial definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;



c) tenha sofrido condenação definitiva por ato de improbidade administrativa, na forma da lei

§1º. Todas as penalidades descritas neste contrato somente serão efetivamente aplicadas após instauração de regular processo administrativo com o exercício da ampla defesa e do contraditório.

§2º As penalidades previstas nos incisos 'II' e 'III' poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

§3º Após decisão definitiva proferida no processo administrativo, as multas aplicadas deverão ser recolhidas à conta da CONTRATANTE no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da notificação, sob pena de o valor ser descontado da garantia do contrato ou do documento de cobrança, na ocasião de seu pagamento, podendo, ainda, ser exigida judicialmente.

§4º. As multas, quando não recolhidas ou descontadas no prazo descrito no item anterior deste contrato sofrerão reajuste pelo Índice Geral do Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas (IGPM/FGV).

§5º. As sanções poderão ser relevadas nas hipóteses de não cumprimento das obrigações por motivo de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificados e comprovados.

§6º. Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Cadastro de Licitantes do Estado.

§7º. Nos casos não previstos no contrato, inclusive sobre o procedimento de aplicação das penalidades administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Estadual nº 15.608/2007 e, subsidiariamente, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESCISÃO

O inadimplemento, por parte da CONTRATADA, das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato assegurará à CONTRATANTE, nos termos da Seção V, do Capítulo III da Lei n.º 8.666/93 em sua atual redação, combinado ao Título IV – Capítulo I da Lei Estadual 15.608/2007, o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação por escrito, através de ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento. Constitui motivo para a rescisão do instrumento contratual:

I – o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
II – o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

III – a lentidão do seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão do serviço, nos prazos estipulados;

IV – o atraso injustificado no início do serviço;

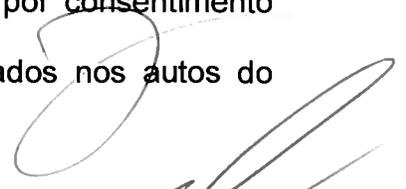
V – a paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;

VI – a alteração subjetiva da execução do contratado, mediante:

a) a subcontratação parcial do seu objeto, a cessão ou transferência, total ou parcial, a quem não atenda às condições de habilitação e sem prévia autorização da CONTRATANTE;

b) a fusão, cisão, incorporação, ou associação do contratado com outrem;

- VII – o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- VIII – o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 2º do art. 118 da Lei Estadual 15.608/07;
- IX – a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- X – a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- XI – a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
- XII – as razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- XIII – a supressão, por parte da CONTRATANTE, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação do valor inicial do contrato além dos limites permitidos em lei;
- XIV – a suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- XV – o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- XVI – a não liberação, por parte da CONTRATANTE, de área, local ou objeto para execução do serviço nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;
- XVII – a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
- XVIII – o descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- XIX – a superveniência da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração;
- XX – o perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença.
- §1º O presente termo poderá ser rescindido, a qualquer época, por consentimento mútuo, desde que haja conveniência para a contratante;
- § 2º Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa.



CLÁUSULA NONA: DA FORMALIZAÇÃO DA RESCISÃO

Quando à forma, a rescisão poderá ser:

- I – por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII a XX da cláusula oitava deste contrato;
- II – amigável, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE;
- III – judicial, nos termos da legislação.

§ 1º A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

§ 2º Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII da cláusula anterior, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos que houver sofrido, regularmente comprovados, tendo ainda direito a:

- I – pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;
- II – pagamento do custo da desmobilização.

§ 3º Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente por igual tempo.

§ 4º É permitido à CONTRATANTE, no caso de concordata do contratado, manter o contrato, podendo assumir o controle de determinadas atividades de serviços essenciais.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Este contrato poderá ser alterado pela CONTRATANTE, precedido das devidas justificativas:

§ 1º O objeto do contrato pode ser alterado:

- I – quando houver modificação das especificações, para melhor adequação técnica aos objetivos da CONTRATANTE;
- II – se for necessário acréscimo ou supressão do objeto até o limite máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato;
- III – por supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

§ 2º Em situações especiais e devidamente justificadas, serão admitidas alterações qualitativas que superem o limite legal previsto no inciso II, do parágrafo anterior, desde que observadas as seguintes situações:

- I – não acarrete para a CONTRATANTE encargos contratuais superiores aos oriundos de uma eventual rescisão contratual por razões de interesse público, acrescidos aos custos da elaboração de um novo procedimento licitatório;
- II – não inviabilize a execução contratual, à vista do nível de capacidade técnica e econômico-financeira do contratado;
- III – decorra de fatos supervenientes que impliquem em dificuldades não previstas ou imprevisíveis por ocasião da contratação inicial;
- IV – não ocasione a transfiguração do objeto originalmente contratado em outro de natureza e propósito diversos;
- V – seja necessária à completa execução do objeto original do contrato, à otimização do cronograma de execução e à antecipação dos benefícios sociais e econômicos decorrentes;

VI – demonstre, na motivação do ato que autorizar o aditamento contratual na hipótese deste parágrafo, que as consequências da rescisão contratual, seguida de nova licitação e contratação, importam em sacrifício insuportável ou gravíssimo ao interesse coletivo a ser atendido pela obra ou serviço, inclusive à sua urgência e emergência.

§ 3º O valor do contrato pode ser alterado quando:

I – a alteração for consequência dos casos dos incisos I a II do parágrafo segundo;

II – visar a restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da CONTRATANTE para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadoras ou impeditivas da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual;

III – ocorrer a criação, extinção ou alteração de quaisquer tributos ou encargos legais, ou a superveniência de disposições legais, após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, que deverão ser revistos para mais ou para menos, conforme o caso.

§ 4º O regime de execução e o modo de fornecimento poderão ser alterados em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários.

§ 5º A forma de pagamento poderá ser alterada por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento fixado sem a correspondente execução do serviço;

§ 6º No caso de supressão do serviço, se o contratado já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, estes devem ser ressarcidos pela Administração pelos custos de aquisição regularmente comprovados.

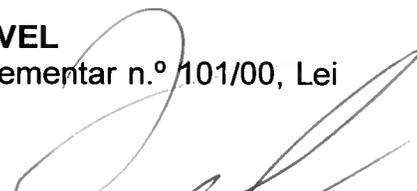
§ 7º Havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos do contratado, a CONTRATANTE deve restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

§ 8º A revisão do preço original do contrato, quando imposta em decorrência das disposições deste artigo, dependerá da efetiva comprovação do desequilíbrio, das necessárias justificativas, dos pronunciamentos dos setores técnico e jurídico e da aprovação da autoridade competente.

§ 9º A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato é regido pela Lei n.º 8.666/93, Lei Complementar n.º 101/00, Lei Estadual 15.608/07.



CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos pela CONTRATANTE à luz da legislação, da jurisprudência e da doutrina aplicável à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA: DO FISCAL

Fica nomeado como Fiscal deste Contrato o Sr. Jorge Wilczek, RG nº 4.417.302-6, a quem caberá a fiscalização do fiel cumprimento dos termos acordados, conforme o artigo 118 da Lei nº 15.608/07.

Parágrafo único – O Fiscal fica responsável pelas anotações, em registro próprio, das ocorrências relacionadas a execução, ou a inexecução total, ou parcial da aquisição e, ainda, a determinação do que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA: DO FORO

Fica eleito o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando as partes, a qualquer outro que tenham ou venham a ter, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Curitiba, 02 de abril de 2014.



Fernanda Bernardi Vieira Richa
Secretária da SEDS



Manoel Elísio Linhares
TICCOLOR VÍDEO FOTO SOM LTDA.

Testemunhas:

01.RG. nº

02.RG. Nº

Defensoria Pública do Estado

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ - DPPR

Pregão Presencial - Nº 005/2014.

Objeto: contratação de serviços de publicação em jornal diário de grande circulação no Estado do Paraná.

DATA DE ABERTURA DA SESSÃO: 16 de abril de 2014 às 14h00min, com recebimento da proposta e da documentação diretamente na Sessão.

LOCAL: 16º (DÉCIMO SEXTO) ANDAR DA SEDE DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ - RUA CRUZ MACHADO, Nº 58, CENTRO, CURITIBA/PR.

O Edital encontra-se à disposição no site www.defensoriapublica.pr.gov.br e www.comprasparana.pr.gov.br.

Curitiba, 04 de abril de 2014.

R\$ 96,00 - 29660/2014

Defensoria Pública do Estado do Paraná - DPP

Dispensa nº 006/2014 Protocolo n.º 13.003.228-1

PARTES: Defensoria Pública do Paraná e Companhia de Tecnologia da Informação e comunicação do Paraná

OBJETO: Continuidade da prestação de serviço de Tecnologia da Informação e Comunicação.

VALOR: R\$ 1.001.601,07 (um milhão, um mil, seiscentos e um reais e sete centavos).

FUNDAMENTAÇÃO: Art.24, XVI da Lei federal nº 8666/93.

Data da autorização: 27 de março de 2014.

Josiane Fruet Bettini Lupion

Defensora Pública-Geral do Paraná

29595/2014

Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO EXTRATO

- ESPÉCIE: 1º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO nº 212/2013.

- PARTES: SEAB/MUNICÍPIO DE ASSAÍ

- OBJETIVO: READEQUAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO.

- CONDIÇÕES: DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONSTAM NO PRÓPRIO TERMO.

DATA: 02/04/2014.

ASSINATURAS:

- NORBERTO ANACLETO ORTIGARA - Secretário de Estado

- LUIZ ALBERTO VICENTE - Prefeito Municipal

AUTORIZADO PELO SENHOR GOVERNADOR EM 05/03/2014

R\$ 96,00 - 29562/2014

Secretaria de Estado da Administração e da Previdência

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 036/2008

Protocolo: 09.903.998-1 e anexos

Partes:

Contratante - Secretaria de Estado da Administração e da Previdência

Contratada - Copel Telecomunicações S/A

Objeto: Altera a Cláusula Segunda - do preço e da forma de pagamento

Aumento da franquia de acesso relativos à implantação de rede.

Autorização: Autorizado em 14 de março de 2014.

Foro: Curitiba-Pr.

Curitiba, 02 de abril de 2014.

Dinorah Botto Portugal Nogara
Secretária de Estado

R\$ 120,00 - 29263/2014

Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social

Extrato - Primeiro Termo Aditivo Contrato nº 152/12

PROTOCOLO: 13.014.476-4

OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência, seu acréscimo quantitativo e a modificação da fonte de custeio.

CONTRATADA: Empresa Luciano Neves Cracco-ME

FONTE: 100

VIGÊNCIA: 21/03/14 a 31/10/15.

VALOR: R\$ 847.661,57

Curitiba, 20/03/2014

Fernanda Bernardi Vieira Richa
Secretária de Estado - SEDS

R\$ 96,00 - 29371/2014

CONTRATO 001/2014

PROTOCOLO: 11.987.799-7

OBJETO: Impressão de 390 kits de fotos 3x4 e 1430 revelações de fotos 10x15.

VALOR: R\$ 2.028,00

CONTRATADA: Ticolor Video Foto Som Ltda.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 5502.08243174.214, rubrica 3390.3952, fonte 147

VIGÊNCIA: - 02/04/14 a 01/04/15.

Curitiba, 02/04/2014

Fernanda Bernardi Vieira Richa
Secretária de Estado - SEDS

R\$ 96,00 - 29377/2014

CONTRATO 021/2014

PROTOCOLO: 13.002.583-8

OBJETO: Limpeza de caixa de passagem e limpeza de fossa no Cense Campo Mourão.

VALOR: R\$ 720,00

CONTRATADA: Luquetta & Luquetta Ltda-ME

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 5502.08243174.214, rubrica 3390.3912, fonte 147

VIGÊNCIA: - 02/04/14 a 01/04/15.

Curitiba, 02/04/2014

Fernanda Bernardi Vieira Richa
Secretária de Estado - SEDS

R\$ 96,00 - 29386/2014

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano

EXTRATO 2014/015

AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL: Decreto 7.933 e 9.593/2013.

ESPÉCIE: 1º Termo Aditivo aos Convênios relacionados:

PARTES: SEDU/PARANACIDADE e os Municípios indicados:

OBJETO: ajuste no valor de responsabilidade do Município.

FORO: Comarca de Curitiba-Estado do Paraná.

ASSINATURA: conforme indicado

NR	ASSINAT	MUNICÍPIO	SEDU	MUNICÍPIO
644	02/04/14	CANDOI	350.000,00	36.187,16
466	02/04/14	IMBAU	345.596,23	30.989,69
675	02/04/14	NOVA TEBAS	110.421,37	25.924,33
034	02/04/14	PÉROLA DO OESTE	600.000,00	150.000,00
277	02/04/14	TURVO	149.484,87	78.817,77

Curitiba, 02/04/2014, Assessoria Jurídica/SEDU.

EXTRATO 2014/012 e 013 - ERRATA

No Extrato 2014/012, publicado no DOE/CIS 9.171 de 24/03/2014-pg. 5, onde se lê 657 IMBITUVA 1.159.300,00 0,00 109.300,00 leia-se 657 IMBITUVA 1.050.000,00 0,00 109.300,00 e no Extrato 2014/013, publicado no DOE/CIS 9.177 de 01/04/2014-pg. 3, onde se lê 056-19/03/2014 CORBÉLIA leia-se 056-28/03/2014 CORBÉLIA e onde se lê 057-19/03/2014 PIRAI DO SUL leia-se 057-28/03/2014 PIRAI DO SUL.

Curitiba, 02/04/2014 Assessoria Jurídica/SEDU.

R\$ 144,00 - 29469/2014